

DESAFIOS E POSSIBILIDADES ANTE À QUALIFICAÇÃO DO TÉCNICO AGRÍCOLA NO BRASIL

**Marco Antônio de Carvalho
Lucia Rincon**

RESUMO

O Ensino Agropecuário ministrado no Instituto Federal Goiano – Câmpus Ceres constituiu-se no cerne de nossa reflexão, tendo por interrogações os desafios e possibilidades de qualificação decorrente das políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (EPT) - tendo por referência decreto 5.154/2004. A problemática que orientou as análises relaciona-se às mudanças de diretrizes na EPT e seus impactos no perfil de formação do técnico agrícola. Objetivamos interpretar e analisar a realidade e as contradições da formação recebida e recorreremos ao materialismo histórico-dialético como fundamento. Selecionamos como amostra os egressos no período de dez anos de 1997 a 2007. Constatamos que o curso para os egressos, foi um facilitador para a empregabilidade em diversos segmentos do mercado e para acesso ao ensino superior.

Palavras Chave: Educação profissional, Trabalho, Técnico Agrícola

Considerações Iniciais

O nosso objeto de estudo passa pela reflexão acerca da importância do Ensino Agropecuário ministrado no Instituto Federal Goiano – IF Goiano tendo por interrogações os desafios e possibilidades de qualificação decorrente das políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil - EPT, tendo por referência a Lei 9.394/96 e os decretos 2.208/97 e 5.154/2004, em vigência. A ênfase dada à presente análise recai sobre esse último decreto que propõe o perfil de formação integral do técnico agrícola sob duas perspectivas delineadas a seguir. São elas, o perfil demandado pelo mercado, quando da elaboração de políticas educacionais de formação do referido profissional em termos de conhecimentos científicos, habilidades e experiência prática e o perfil desenhado de acordo com o ponto de vista do trabalhador, que percebe a qualificação como processo de apropriação dos conhecimentos socialmente produzidos, oportunizando-lhe melhores condições de vida e participação política. Como instrumental teórico-metodológico, recorreremos ao materialismo histórico-dialético, pertinente à estratégias de aproximação em relação ao referido

objeto, à luz das categorias trabalho, educação, ensino profissional e mudanças no mundo do trabalho.

A problemática que orientou as análises se relaciona às mudanças de diretrizes na EPT e seus impactos no perfil de formação do técnico agrícola, objetivando conhecer, interpretar e analisar a realidade e as contradições da formação recebida pelo técnico agrícola, entre o proposto e o realizado, tendo como recorte os egressos do referido curso formados pelo Instituto Federal Goiano Câmpus Ceres no período de dez anos, de 1997 a 2007.

A preocupação para o embasamento teórico abrangeu uma retrospectiva da bibliografia específica do tema e uma pesquisa empírica sobre as percepções dos egressos quanto aos impactos das duas reformas educacionais, na estrutura e operacionalização do curso analisado no período temporal mencionado.

Como instrumental teórico-metodológico, recorreu-se ao materialismo histórico-dialético, pertinente à estratégias de aproximação em relação ao referido objeto à luz das categorias trabalho, educação, ensino profissional e mudanças no mundo do trabalho.

No que se refere aos egressos, a partir de um universo de 929 diplomados em 10 anos, entre 1997 e 2007, foram analisados 108 questionários, representando 11,8%, do universo de diplomados em cada ano analisado.

Os dados da pesquisa de campo passaram por análises das informações quali-quantitativas, que forneceram resultados contraditórios, desde as discontinuidades até algumas interfaces entre as diretrizes da educação profissional das três fases distintas, assim como discrepâncias entre o proposto e o realizado, que explicitaram diferentes perfis de formação desse técnico agrícola, sua inserção e sua trajetória no mundo do trabalho.

Acreditamos que na perspectiva de análise apontada se faz necessário que as categorias trabalho/educação sejam elementos centrais e explicativos do processo de formação e profissionalização, nesta pesquisa.

Estas categorias serão aqui tratadas, não de forma verticalizada, dado que as normas para elaboração desse artigo delimitam sua extensão, independente de sua complexidade.

Trabalho Elemento Fundante da Humanização

O trabalho é diferenciador do homem em relação aos demais seres do reino animal, é partir dele que o homem constrói sua humanização.

Segundo Marx e Engels (1983), o que caracteriza o gênero humano e o diferencia dos outros animais é o trabalho, determinante em relação à capacidade humana de transformar a natureza e produzir os bens materiais e imateriais, necessários à sua vida e à reprodução da espécie. Quando eles, os homens, bancam a produção, ou seja os seus meios de vida, este fato é um passo adiante e é consequência de sua anatomia que se expressa em uma outra organização corporal.

Entendendo que o trabalho decorre da relação do homem com a natureza, Marx e Engels (2007, p. 21), ao discutirem o caráter ontológico e teleológico do trabalho, foram incisivos em afirmar que “o primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material”. É pertinente sua análise como categoria para refletir sobre a educação profissional.

Marx e Engels trouxeram grande contribuição teórica para a discussão sobre o trabalho enquanto categoria de análise. Para a presente pesquisa, são particularmente importantes as análises marxianas relativas à divisão do trabalho e suas relações teleológicas em diferentes contextos e períodos históricos.

A produção dos meios de vida, para Costa (1996, p. 2), que se referencia em Marx, “é o dado primário, é a protoforma da atividade humana, que determina a forma humana de ser, o seu modo de vida, a sua organização social, a maneira como produz seu pensamento, suas idéias, representações, enfim, sua consciência”. O homem é ser genérico por que tem características comuns estabelecidas e estas são ontológicas, próprias da hominização e humanização da espécie e do gênero.

Ser ontológico significa que o trabalho produzido pelo homem tem finalidade, é ação pensada e planejada, que a relação entre os homens e a natureza nas atividades de produção de sua subsistência é produto de consciência prévia do trabalho produtivo. O que significa que as relações de produção são determinadas pelas relações estabelecidas no processo de trabalho, elemento fundante, característico do gênero humano.

Enquanto os animais não humanos estabelecem relações com a natureza aproveitando o que esta oferece Costa (1996, p.5) apresenta suas características genéticas como determinadas.

[...] Na relação com a natureza em grande parte fixa e sua ação é semelhante, para não dizer idêntica aos outros membros de sua espécie. Seu relacionamento com o ambiente, com os membros da mesma

espécie e outros animais obedecem às normas biologicamente estabelecidas, mais ou menos complexas, de agrupamento, convivência, acasalamento e reprodução. Sua ação é especializada e determinada por leis biológicas semelhantes na espécie e em condições naturais, não apresentam diferenciação individual e são transmitidas aos seus descendentes através de carga genética. Seu ato não é voluntário, não apresenta consciência de finalidade, ou seja, uma ação produzida previamente como pensamento.

No processo de trabalho e humanização, o homem cria os instrumentos necessários à relação homem/natureza, o que só é possível pelo desenvolvimento da finalidade, consciência e ação. O processo de trabalho constitui-se numa relação dialética entre o homem e a natureza transformando-a, humanizando-a, e ao modificá-la transforma-se a si próprio produzindo e reproduzindo as características da espécie, enquanto dotada de humanidade.

A consciência e a linguagem são também, produto do trabalho no procedimento de hominização e de humanização, que é a protoforma do ser social. O trabalho é configuração/qualidade exclusivamente humana como ação transformadora consciente da Natureza.

O trabalho realizado/objetivado é o produto, mas nas sociedades desiguais ele é aviltado/desfigurado, pois não fica com quem o produziu o trabalhador, uma vez que é apropriado pelo possuidor-proprietário. No sistema capitalista, os trabalhadores e capitalistas estão nos pólos antagônicos do processo de produção e, mantêm uma constante relação de conflito, pois o trabalhador vende a sua força de trabalho em troca de salário e o capitalista só compra a força de trabalho, porque ela é a única mercadoria que produz mais-valia apropriada, privadamente, pelo capitalista. O trabalho explorado e apropriado, pelo possuidor-proprietário, é resultado de uma relação social que se fundamenta na propriedade privada, na cisão da sociedade em classes antagônicas e resulta da exploração do trabalhador-produtor. É trabalho-estranhado.

O estranhamento separa o homem do produto de seu trabalho, de seu próprio ser e dos outros homens, criando contradições entre os que produzem e aqueles que dominam e se apropriam do produto do trabalho alheio. O trabalhador-produtor, ao ser expropriado, é aviltado materialmente e espiritualmente, conseqüentemente se aliena. A objetivação é uma condição permanente do homem, mas a alienação é uma forma particular que se expressa em uma sociedade segundo as formas econômico-sociais historicamente determinadas.

O estranhamento é inerente às sociedades baseadas na propriedade privada e na divisão em classes sociais antagônicas, portanto, ação humana que pode ser modificada e superada na construção de outra sociedade.

Profissionalização e Qualificação: exigência das sociedades complexas

O ensino técnico profissionalizante da EPT é uma das poucas opções educacionais que assume de forma clara a qualificação para o trabalho tornando-se particularmente importante definir que profissionalização para o trabalho é esta na sociedade capitalista.

Bruno (1996, p. 91, 92) conceitua qualificação "como um conjunto estruturado de elementos distintos e hierarquizados reciprocamente relacionados [...] que decorre de relações sociais historicamente determinadas".

Neste estudo interessa-nos interpretar a qualificação na organização de produção capitalista que Bruno (1996, p.92) apresenta como a "capacidade de realização das tarefas requeridas pela tecnologia capitalista" que, historicamente, tem utilizado a capacidade quer muscular, quer intelectual, que tem sido conjugada de diferentes formas de combinação na diversidade do processo de trabalho".

Faz sentido para Bruno (1996, p.92) ao pontuar que "é qualificada aquela força de trabalho capaz de realizar as tarefas decorrentes de determinado patamar tecnológico e de uma forma de organização do processo de trabalho". Não podemos nos esquecer que são agregados, constantemente, novos requisitos.

Desde 1970, marco da Terceira Revolução Industrial, a produção capitalista mudou o foco de exploração da força de trabalho de braçal para intelectual, a qual vem assumido cada vez mais importância evidenciando a necessidade de uma qualificação, que se realiza via educação com a exigência de patamares cada vez mais alto de escolarização, sendo o Ensino Médio, quer propedêutico quer profissionalizante, indispensável para a empregabilidade.

Estas novas exigências do mercado, de patamar mínimo de escolaridade como o Ensino Médio, deve-se à transformação produtiva, que compõem a Terceira Revolução Industrial, que vem ocorrendo nos países industrializados e se impondo à economia internacional, tem sua base no conhecimento científico e tecnológico centrado na informação e na informática, em novos materiais, novos processos, na biotecnologia, na microeletrônica, nas novas formas de organização do trabalho e também na nova

pedagogia do capital, que aparentemente avança de uma perspectiva taylorista/fordista para a toyotista na era das tecnologias da informação e comunicação - TIC's.

À medida que as técnicas utilizadas na produção vão-se desenvolvendo e tornando-se mais complexas, exigindo um volume de conhecimentos mais abrangente, nasce, concomitantemente, uma outra forma de qualificação para o trabalho, vinda de fora do processo produtivo, via educação técnica, mas que permanece ligada a esse processo pelas relações que estabelece com o mercado de trabalho.

Essa educação, segundo Enguita (1993), apresenta-se, assim, como o processo de conversão do trabalho simples em trabalho complexo, ou de qualificação do trabalho em geral. Produz uma força de trabalho capaz de gerar um valor de troca maior no mesmo espaço de tempo.

O fato de a força de trabalho ser a única mercadoria capaz de produzir mais valor do que ela própria contém torna a qualificação do trabalhador uma questão central e determinante para o aumento da produção e, conseqüentemente, da riqueza.

Temos que considerar que nas sociedades complexas como a nossa os sujeitos sociais têm que ser preparados para a participação econômica/trabalho, social e política e para isso têm que ter acesso e condições de apropriação dos conhecimentos científicos e tecnológicos socialmente produzidos. Nesta realidade a educação tem assumido centralidade e importância cada vez maior para se concorrer no mercado de trabalho.

Tal importância e centralidade da educação como afirma Bruno (1996, p. 96) decorrem também do deslocamento da exploração do componente manual para o intelectual, modificando-se, também, as formas de disciplina e de controle da força de trabalho. Sendo o cérebro do trabalhador, ou seja, sua capacidade de raciocínio e sua estrutura psíquica, o elemento a ser explorado no processo de trabalho, as técnicas de controle e disciplina convencionais, que incidiam primordialmente sobre o corpo do trabalhador, estão sendo substituídas pelas técnicas gerenciais participativas. Tais técnicas apresentam grande carga simbólica que tem dupla função a de constituir-se em canais formais de apropriação da capacidade de raciocínio dos trabalhadores e a de controlar e disciplinar sua estrutura psíquica, já que responsabilidade, envolvimento, interesse pelo trabalho e capacidade de inovar são, hoje, importantes fatores de produção.

Podemos constatar que com a complexificação do processo de organização da produção e divisão social do trabalho, a educação passa a ter caráter obrigatório na socialização dos trabalhadores, com a função de difundir o disciplinamento e a

instrução geral da força de trabalho no capitalismo de conformidade com as classes sociais na perspectiva histórica de cada sociedade. Portanto educar é preparar para o trabalho.

Educação e Trabalho:

Cabe observar que a educação é um fenômeno complexo da existência humana. Por conseguinte, também tem muitas definições, compreensões ou explicações e acontece em diferentes lugares e de diversos modos conforme nos aponta Saviani (1991, p.22-23)

A educação pode ser conceituada como um fenômeno próprio dos seres humanos e é ao mesmo tempo uma exigência do processo de trabalho e para o trabalho, assim como é, igualmente, um processo de trabalho enquanto uma ação individual.[...] Para produzir materialmente necessário se faz ao homem antecipar em idéias os objetivos de sua ação consciente, o que inclui os aspectos relacionados às técnicas, à ciência e à arte, o dito trabalho não material. Obviamente a educação se situa nessa categoria.

O ensino profissional, como qualquer espaço da sociedade capitalista, se faz num processo de conflitos, entre a formação pura e simples para o mercado e a luta dos trabalhadores pela apropriação dos conhecimentos socialmente produzidos como instrumento de participação política e melhor qualidade de vida. “Os bens e serviços resultantes do processo de trabalho não são mais do que veiculadores de valores de troca produzidos no âmbito dessas relações” (BRUNO, 1996, p. 95), portanto, o trabalho, no capitalismo, não é só uma relação constituída entre o sujeito força de trabalho e o objeto produto é, sobretudo produção de valores de troca. O aumento da qualificação da força de trabalho para o capital tem por objetivo primeiro o aumento da produtividade do trabalho, o que significa dizer produção de mais trabalho em menor tempo, o que significa maior possibilidade de expropriação de mais valia.

Pelo trabalho o homem desenvolve seu processo de conscientização, ele está, intencionalmente, e de forma planejada antecipadamente, produzindo sua vida material, o que permite admitir o caráter teleológico do trabalho, pois segundo o mesmo autor, por se tratar de um ato consciente, previamente articulado mentalmente e, particularmente, com finalidade específica.

O trabalho é o único ponto no qual se demonstra ontologicamente uma finalidade, passando a ser um ato real e materialmente efetivo.

A EPT nasce no trabalho em decorrência das relações capitalistas de produção que o engendram e que concebem a qualificação da força de trabalho, via educação, como educação para o trabalho. O ensino profissionalizante tem como objetivos específicos qualificar e habilitar para a aquisição de técnicas apropriadas ao desenvolvimento, de um tipo específico de trabalho ou de ocupação em uma área profissional e no mercado. As diversas qualificações dizem respeito à divisão social do trabalho em braçal e intelectual

A divisão do trabalho em uma nação obriga em primeiro lugar, à separação entre o trabalho industrial e comercial e o trabalho agrícola; e, como consequência, à separação entre cidade e o campo e à oposição dos seus interesses. [...] A posição de quaisquer destas subdivisões particulares relativamente a outras é condicionada pelo modo de exploração do trabalho agrícola, industrial e comercial (patriarcado, escravatura, ordens e classes). (MARX; ENGELS, 1983, p. 20)

É necessário que se exponha, segundo Marx e Engels (1983), que a educação traz consigo os pensamentos da classe dominante, pois estes são e foram igualmente em diferentes épocas os pensamentos dominantes, o que é decorrência da posse dos meios materiais e do poder de que esta classe se apropria em determinadas épocas e sociedades. A educação/preparação, ainda que qualifiquem a força de trabalho para produção de valores de uso, para Enguita (1993, p. 177) “constituem o conteúdo material da riqueza, seja qual for a forma social dela. Na sociedade capitalista, os valores de uso são, além disso, portadores do valor de troca”.

De uma maneira geral, mas particularmente, no caso do objeto de estudo da presente pesquisa, o ensino agrícola forma técnicos para trabalhar no setor da economia que é subsumido pelos setores industrial, comercial e financeiro, a montante das unidades de produção agrícola, onde as organizações empresariais fornecedoras de insumos diversos possuem estrutura de oligopólio, sejam produtivos, no caso de máquinas, equipamentos, adubos e defensivos, dentre outros, assim como igualmente a montante do capital financeiro/bancário que dita as regras do jogo no financiamento de custeio dos insumos utilizados na agricultura e pecuária, cujos preços para aquisição, em geral tabelados, propiciam trocas desiguais (ALÉM, 2010).

Igualmente a jusante das unidades produtivas, tanto em relação às indústrias de processamento, estruturas de apoio logístico e de exportação, o caráter oligopolizado tem no capital financeiro o pano de fundo de suas diretrizes operacionais.

Ainda que o agronegócio seja um setor importante da economia brasileira abarcando cerca de um terço do PIB responde por aproximadamente 37% de todos os empregos do país e aproximadamente 39% das exportações, transfere, também, capital para os outros setores da economia. A profissionalização da força de trabalho para este setor tem que levar em consideração a realidade acima apontada, pois, o Agronegócio é atividade de capital intensivo, de pesquisa e de adoção crescente de novas tecnologias e vem exigindo novos e maiores patamares de educação.

Constatamos que a qualificação da força de trabalho para agricultura e pecuária do agronegócio, como nos demais setores da economia à medida que os conhecimentos científicos, as técnicas, tecnologias utilizadas na produção vão se tornando complexas demandam cada vez mais conhecimentos abrangentes e verticalizados.

Nesta perspectiva mediante a formação profissional, desde o Decreto 5.154/2005, existe a possibilidade de se resgatar a base unitária de formação no ensino médio quando se restabelecem as condições jurídicas, políticas e institucionais que assegurem à “consolidação da formação básica unitária e politécnica, centrada no trabalho, na ciência e na cultura, numa relação mediata com a formação profissional específica que se consolida em outros níveis e modalidades de ensino.” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p p. 43-43)

Considerando os elementos conceituais e categorias teóricas aqui trabalhadas, acredita-se que seja possível analisar criticamente as possibilidades de formação do técnico em agropecuária à luz da nova configuração do mundo do trabalho, das demandas de mercado, mesmo sabendo que a qualificação dessa força é uma exigência do capital, mas é também um direito do trabalhador buscar, das mais variadas formas, principalmente via educação o acesso ao saber universalmente edificado, maneiras de se qualificar para ocupar postos de trabalho que lhe propiciem melhor remuneração, melhores condições de vida e a construção de sua cidadania.

O perfil do Técnico Agrícola formado pelo IF Goiano Câmpus Ceres

Na trajetória da educação profissional agrícola brasileira, em diversas fases as políticas públicas foram implantadas com o intuito de formar técnicos para atender aos

interesses hegemônicos, mais como política de Governo que propriamente política de Estado.

No final do século XIX e no XX, o ensino agrícola no Brasil, especificamente o ensino técnico operacional, tem como um de seus objetivos formar jovens de origem humilde, inclusive filhos de pequenos agricultores e/ou agregados, para o mercado de trabalho. Cabe apontar que tais políticas têm sido marcadas por conflitos e descontinuidades inerentes ao jogo de forças políticas, no qual, de um lado, os trabalhadores lutam por um ensino que os profissionalize, mas que também seja instrumento de luta política por melhor qualidade de vida e, por outro, a elite busca se profissionalizar unicamente para atender aos atributos exigidos pelo mercado.

Entretanto ao estudar o perfil do egresso do Curso Técnico Agrícola do Instituto, no interregno de 1997 a 2007, constatou-se, o tipo e metodologia de ensino, o conhecimento técnico-científico, a qualidade do processo didático-pedagógico, associado ao fato de que, assim como nas demais escolas técnicas e agrotécnicas da rede federal, atuais IF's, a presença de professores especialistas e titulados academicamente, e a insignificância numérica de professores leigos na rede. Além disso, o fato de que a convivência com perfis de professores e alunos de origens distintas, influenciou em grande medida segundo egressos informantes, no desenvolvimento de um perfil cidadão do mundo, seja em agronegócio, na agricultura familiar, ou mesmo em outros ramos, visto que tal formação integral foi e continua a ser importante fator, para enfrentar-se o mercado em melhores condições, para assegurar a sobrevivência.

Considerações finais

Mesmo que o perfil de formação recebido e apontado pelos egressos informantes apontem no sentido de que facultam a formação integral e cidadã, não é possível atribuir tais resultados apenas e simplesmente como produtos e reflexos do Decreto 5.154/04, que propõe a formação *omnilateral*, o que requer maior esforço investigativo, mesmo por que os pesquisadores assumem que a efetividade da consecução ou não dos propósitos não acontecem por decreto, mas requerem uma vontade coletiva.

Neste sentido, há que se considerar que as mudanças recentes em relação às diretrizes institucionais do ensino profissional, particularmente o Instituto Goiano e o Câmpus Ceres, com destaque, no caso dos novos papéis assumidos pelos Institutos Federais decorrentes da Lei 11.892/2008, que têm tido dentre os obstáculos à sua

institucionalização, a reconfiguração de sua própria identidade cultural histórica, o que acredita-se não ser diferente em relação aos demais Institutos Federais.

Muitas têm sido as análises relativas aos desafios no âmbito do processo de institucionalização dos Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia - IF's, que se encontram em plena fase de estruturação e, ao mesmo tempo, em expansão, onde a interiorização e verticalização são tidos como um dos aspectos mais controvertidos.

A discussão acadêmica trás à pauta dilemas e conflitos inerentes a tais mudanças, sejam elas físicas, tecnológicas, culturais e institucionais, como pode ser observado em Souza e Castioni (2012) e, especificamente em estudos de Ficher e Waiandt (2012, p. 88), que discutem a educação profissional e os desafios do desenvolvimento brasileiro, propondo a integração entre a pós-graduação, a educação básica e os mundos do trabalho, isso feito a partir da “construção de um eixo formativo que se inicia na educação básica e pode evoluir até o doutorado para profissionais”.

Assim, as análises devem ir além da questão formal, pois as mudanças efetivas não ocorrem por decreto e exigem um movimento que requer uma vontade coletiva, a mencionada intervenção consciente, em torno de um projeto de escola compatível com as necessidades e exigências imprescindíveis ao desenvolvimento das forças produtivas e da ciência, aproximando-se, assim, da escola politécnica.

Em relação ao perfil do egresso particularmente em relação ao curso e à Instituição pesquisada, a intervenção da comunidade acadêmica e local, “de forma consciente ou não”, possibilitou ao IF Goiano Câmpus Ceres enfrentar as reformas que fizeram parte de sua história institucional, seja no período Escola-Fazenda, Pedagogia das Competências ou Unitária, facultou com que fosse preservado o compromisso com a qualidade do curso técnico como ficou explicitado pelos egressos em seus depoimentos. Ademais, tais informações fossem referendadas também, a partir dos dados da pesquisa, que constata mais empregabilidade em diversos segmentos do mercado, seja na agricultura familiar, na média e grande propriedade, assim como no contexto das atividades dos diversos ramos do agronegócio, que, igualmente apontaram a formação recebida como fator facilitador de acesso e desempenho em cursos superiores, sejam eles na área agrícola, e em outras, de formação profissional.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ALÉM, A. C. **Macroeconomia**: Teoria e prática no Brasil. São Paulo: Campus, 2010.

BRUNO, L. Educação, qualificação e desenvolvimento econômico. In: BRUNO, Lucia (org.). **Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo: leituras selecionadas**. São Paulo: Atlas, 1996.

COSTA, S. O trabalho como elemento fundante da humanização. **Revista Estudos**, Goiânia, UCG, v. 22, n. 3 e 4, p. 171-188, dez 1996.

ENGUITA, M. F. **Trabalho, escola e ideologia**: Marx e a crítica da educação. Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FISCHER, T; WAIANDT, C. A educação profissional e os desafios do desenvolvimento brasileiro: uma proposta integradora entre a pós-graduação, a educação básica e os mundos do trabalho. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, CAPES, v. 9, n. 16 (abril, 2012), p. 84-111, 2012. SOUZA, E. C. L. de;

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.) **Ensino médio integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão da dos seus diferentes profetas. (Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira) V.I, 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. _____. Tradução Luis Cláudio de Castro Costa. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Polêmicas do nosso tempo. São Paulo: Cortez, 1991.

SOUZA, E. C. L. de; CASTIONI, R. (org.) **Institutos federais**: os desafios da institucionalização. Brasília: UNB, 2012.